



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Processo Administrativo eletrônico nº 3946/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO. EMPRESA LICITANTE INABILITADA POR NÃO ATENDIMENTO A ITEM DO EDITAL. ALEGAÇÃO DE QUE A CERTIDÃO EMITIDA PARA A PESSOA JURÍDICA ATENDE A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DO CERTAME QUANTO A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA. CONDUTA CORRETA DA COMISSÃO. PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.

A Recorrente apresenta Recurso Administrativo contra sua inabilitação pela Comissão de Licitação no Processo nº 4230/2023, referente à Concorrência nº 01/2024 –“EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PRAÇA E ESTACIONAMENTO, NO BAIRRO ESTAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA”.

Alega a Recorrente, em síntese, que *“foi desclassificada do presente certame, tendo por justificativa o desatendimento ao item nº 7.6.9 do edital de concorrência supramencionada, que estabelece:*

*7.6.9. A licitante deverá apresentar do seu responsável técnico **Certidão de Registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) (g.n.)**” (SIC)*

Sustenta que *“Em atendimento ao referido item, a Recorrente apresentou certidão nº 29232/2024 expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA-RJ, que atesta, dentre outras informações, a seguinte:*

*“Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, **assim como seus responsáveis técnicos**. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).” (g.n.)” (SIC)*

Diz que a certidão apresentada atende integralmente os objetivos do item 7.6.9, haja vista comprovar que o responsável técnico está devidamente inscrito junto ao CREA e com situação regular e pede que seja considerada habilitada a empresa Recorrente e autorizada a prosseguir no certame.

Instado a se manifestar, o Setor Técnico se manifestou no evento #3, entendendo que a Recorrente não apresentou documento essencial para a habilitação, nos termos do que dispõe o artigo 64, da Lei nº 14.133/2021, descumprindo o edital, ratificando o entendimento de que deve ser mantida a inabilitação.

Eis a síntese do processo.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

NO MÉRITO:

Em que pese os argumentos apresentados no Recurso Administrativo, observo que o edital prevê expressamente a obrigatoriedade de apresentação da Certidão do seu responsável técnico no respectivo Conselho de Classe, como se vê:

7.6.9. A licitante deverá apresentar do *seu responsável técnico* Certidão de Registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)

Não bastasse isso, caso a empresa Recorrente entendesse que não deveria ter sido exigido, poderia ter impugnado o edital, o que não ocorreu, permitindo que fosse exigido o item ora combatido, arriscando-se exclusivamente com a documentação referente à Pessoa Jurídica, na tentativa de ser extensiva à pessoa do Responsável Técnico.

O argumento de que a certidão da empresa atenderia à habilitação não se aplica ao caso, conforme destacado pelo Setor Técnico, pois uma coisa é a apresentação do documento da Pessoa Jurídica e a outra, a da Pessoa Física.

Assim, não há como negar a inobservância do edital na apresentação de documentação obrigatória na fase de habilitação, demonstrando que no recurso, a empresa licitante tenta, por via transversa, fazer crer que a citada certidão deva ser aproveitada.

Desta forma, tendo sido detectada a falta de documentação de apresentação obrigatória, de acordo com o edital do certame, entendo que a decisão da Comissão de Licitação em declarar inabilitada a Recorrente foi correta, não havendo motivos para rever ou reconsiderar a mesma, opinando pelo indeferimento do recurso apresentado.

À Secretaria de Administração para conhecimento e deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, 14 de março de 2024.

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA
Procurador Geral do Município
OAB/RJ 98.018





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

50FC662667E543A9838270302F831B63

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/50FC662667E543A9838270302F831B63>